

Livros

Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a revolução brasileira (1950-1964)*

de Paulo Ribeiro da Cunha

A tempestuosa luta camponesa no Brasil

por Angélica Lovatto**

Um ótimo exemplo de quem conta a história na versão dos vencidos é este importante livro de Paulo Ribeiro da Cunha. Surpreende positivamente que o livro esteja em sua segunda edição, pois, a despeito do mérito da apurada pesquisa realizada, sabemos como é difícil a divulgação massiva de livros com temática que propague a necessidade da revolução brasileira, ainda mais em tempos complicados como esses do início do século XXI.

A quase misteriosa “República de Formoso e Trombas”, no estado de Goiás, num processo ocorrido entre 1950-64, como também a guerrilha de Porecatu, no Paraná, na mesma época, são as protagonistas da pesquisa que teve as naturais dificuldades de resgate histórico, bibliográfico e principalmente de trabalho de campo, maior desafio do autor. Os contatos e as entrevistas com antigos participantes da luta passavam pelo receio de falar do assunto. E o pequeno número de envolvidos em todo o processo, a idade avançada da maioria e a seletividade da

* 2ª ed.; São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

** Doutora em Ciências Sociais - Política, PUC-SP. End. eletrônico: angel.lovatto@gmail.com

memória, foram aspectos superados através de visitas à região, várias entrevistas, conversas não gravadas e minucioso levantamento bibliográfico.

Tudo isso trouxe um fruto que é digno de registro: a versão deste trabalho no formato de tese foi prova documental nos processos de anistia dos posseiros de Formoso e Trombas. Este aspecto dá mais uma dimensão ao trabalho acadêmico, pois além de fundamental para o resgate histórico, o trabalho de Cunha ajudou a fazer justiça no dramático processo de prisões e torturas sofrido pelos protagonistas daquela luta.

Além de resgatar o relato de testemunhas oculares, a pesquisa traz outras importantes contribuições. No campo teórico em que está inserida, a complexidade que envolve a questão do campo parece nunca chegar a um denominador comum, principalmente em relação ao uso do conceito de campesinato. Para realizar seu objetivo, o autor trabalhou em algumas frentes. Retomamos aqui pelo menos três. A primeira diz respeito à temática da revolução brasileira; a segunda, à problemática do campesinato e a política; e a última, ao resgate da história do PCB, especialmente as questões do campo.

No primeiro caso, na análise das perspectivas da revolução brasileira, o autor enfrentou a discussão teórica sobre a existência do modo de produção feudal ou capitalista no Brasil, retomando teses de Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr e Alberto Passos Guimarães, dentre outros (p.37-45). Mostrou que dependendo das diferentes perspectivas defendidas sobre a formação social brasileira, são geradas influências distintas sobre as estratégias da luta no campo. O autor tende a concordar com a maioria das teses de Nelson Werneck Sodré, embora não deixe de dar ressonância a alguns aspectos defendidos por Prado Jr. e Guimarães.

Em relação ao segundo aspecto – os camponeses e a política –, problematiza o conceito de campesinato. Para tanto, enfrenta uma discussão teórica de grande porte, onde retoma as teses presentes em Eric Wolf (p.26-31) e Hobsbawm (p.18-20 e 23-25), especialmente os conceitos de movimentos políticos e pré-políticos. No aspecto teórico-metodológico, as fundamentações partem de Gramsci, de quem utiliza os conceitos de partido político, hegemonia e conselhos (p.23-24 e 46-52). E trabalha aspectos da discussão feita por Frantz Fanon, no livro *Os condenados da terra* (p.17-53), que tornou-se um clássico na apreensão da particularidade camponesa e, segundo Cunha, influenciou decisivamente vários grupos de esquerda no Brasil, à época.

Numa síntese muito breve dos indicativos do autor sobre os quatro pensadores, podemos dizer que, de Hobsbawm, tende a discordar do conceito de camponês como um elemento passivo na história, pois, segundo Cunha, as dificuldades de elaborar um projeto político estratégico não seriam inerentes apenas a uma classe, permeando também o proletariado, os partidos, os sindicatos e a sociedade em geral (p.22). De Wolf, concorda com a tese de que as grandes

revoluções do século XX teriam sido camponesas, “ainda que o processo em si tenha sido contraditório e muitas vezes não tenha alcançado para a massa rural a idealização de suas perspectivas e objetivos de modo revolucionário” (p.29-30). De Gramsci, valoriza a importância que o marxista italiano apresentou, no tocante à incorporação do campesinato, no processo revolucionário, superando o estigma que sempre teria caracterizado o camponês na concepção marxista clássica: “a de ser um inimigo potencial do proletariado em razão de seu atraso histórico e do modo de vida tradicional ou como linha auxiliar (pouco confiável) do proletariado na tarefa de fazer a revolução” (p.49). E de Fanon, destaca que a leitura do livro é fascinante, embora discorde de aspectos de sua análise, onde os camponeses estariam “na mesma dimensão dos marginais e do lumpemproletariado” (p.31).

Em relação ao terceiro aspecto, isto é, a análise da história do PCB no que tange às questões do campo, a reflexão teve por base os principais documentos e decisões tomadas a partir do Manifesto de Agosto (1950), passando pela Declaração de Março de 1958, até os desdobramentos do golpe de 1964. Foram tempos da criação da ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (1954), da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (1963), da realização do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (1961), da atuação das Ligas Camponesas, da formação de sindicatos rurais. São resgatadas figuras importantes da luta no campo, destacando-se José Porfírio, José Ribeiro, Sebastião Gabriel Bailão, Lyndolpho Silva, José Portela, Geraldo Tibúrcio e Gregório Bezerra, dentre outros.

É imprescindível destacar a importância da contribuição que essa pesquisa trouxe sobre um debate tão polêmico, mesmo porque o próprio autor ressalva a inconclusividade que ainda caracteriza a questão camponesa, no Brasil e fora dele. A questão é que, sem estudos como esse, que reflitam sobre o passado, numa perspectiva de superação de seus eventuais equívocos e valorização de seus acertos e positivities, fica muito difícil fazer um balanço histórico coerente com as necessidades das lutas sociais passadas e atuais. Como afirmou a prefaciadora do livro, Vera Chaia, Paulo Ribeiro da Cunha conseguiu “trazer o longe para perto” e conseguiu nos fazer “compreender como é surpreendente a (reposição da) história” (p.12).